



FERNÃO DE OLIVEIRA: HOMEM DO MAR E DAS LETRAS

“A minha pátria é a língua portuguesa!”

Fernando Pessoa

1T(RM2-T) *Thaís Araujo*
1T(RM2-T) *Ana Barbuto*

Trazemos na epígrafe deste artigo a referência à obra de um célebre e multifacetado português, o poeta Fernando Pessoa, para introduzirmos a reflexão a respeito de outro português também multifacetado que no século XVI atuou em distintas áreas e cuja produção literária, embora de autoria hoje muitas vezes desconhecida, foi de fundamental importância para o desenvolvimento e para a propagação da cultura portuguesa, a saber: o gramático-filólogo-historiador-cartógrafo-frade-diplomata-marinheiro-teórico da guerra e da construção naval Fernão de Oliveira¹ (1507-158... [?]).

Neste artigo, pretendemos, então, discorrer a respeito da vida e da obra deste autor que, expoente do pensamento racionalista lusitano e ibérico, foi o primeiro gramático da Língua Portuguesa e também o primeiro tratadista naval em todo o mundo. Interessamos aqui observar, principalmente, as condições de produção e o funcionamento da sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1536), de modo a relacioná-la ao momento histórico de sua publicação, evidenciando o modo como este nela se faz presente.

FERNÃO DE OLIVEIRA

Nascido em 1507 e de origem relativamente humilde, Fernão de Oliveira teve uma vida, além de eclética, bastante conturbada. Não há um consenso em relação ao local do seu nascimento. Para alguns pesquisadores

¹ Nos registros históricos, ora aparece o nome Fernão de Oliveira, ora aparece o nome Fernando Oliveira. A gramática, por exemplo, é assinada por Fernão, mas o livro *A arte da guerra no mar* é apresentado sob a autoria do Padre Fernando Oliveira. Apesar disso, de modo geral, é considerado pela maioria dos estudiosos que se trata de uma só pessoa, ainda que não se possam dar garantias disso.

a sua cidade natal é Aveiro; para Francisco Contente Domingues (2000), em sua tese de Doutorado, Oliveira teria nascido na cidade de Beira Alta; mas, segundo o comandante Quirino da Fonseca num comentário feito ao livro *A arte da guerra no mar*, ele teria nascido em Santa Comba. É de comum acordo, no entanto, que, em 1520, aos treze anos, iniciou seus estudos no Convento Dominicano da cidade de Évora. Em 1532, aos 25 anos, por motivos desconhecidos, conforme nos relata Mario Maestri, no artigo intitulado “Fernão de Oliveira – o cristão-velho abolicionista: a repressão ao pensamento racional e abolicionista em Portugal do século 16”, Oliveira teria abandonado o convento e se refugiado em Castela, de onde, ainda de acordo com o autor, teria regressado em 1535 para lecionar para jovens fidalgos² e, posteriormente, em 1536, publicar em Lisboa a primeira gramática da Língua Portuguesa sobre a qual discorreremos mais adiante.

Após 1540, Oliveira fez muitas viagens internacionais, durante as quais se envolveu em aventuras e missões de cunho religioso. Ao longo de suas andanças, chegou a alistar-se por duas vezes a bordo de uma nau francesa, onde exerceu a função de piloto³. Em uma dessas vezes, em 1546, ao lado de seus companheiros franceses, Fernão foi capturado no Canal da Mancha pela frota inglesa. Na Inglaterra, de acordo com Maestri, “o infeliz prisioneiro”, devido as suas ideias político-religiosas, teria caído nas graças de Henrique VIII, que se encontrava em dissensão com Roma.

Retornou a Portugal somente em 1547, aos 40 anos, após a morte do monarca inglês. Logo em seguida, em 1548, foi preso pela Inquisição pelo período de três anos

² Estavam entre esses jovens os filhos de João de Barros, o cronista das Índias, e de D. Fernando da Almada, último integrante da família Almada a obter o cargo de *Capitão-Mor do Mar* (hoje chamado de *Capitão-General da Armada Real dos Galeões de Alto Bordo do Mar Oceano*), que era exercido desde o tempo de D. João I pelos primogênitos dessa família. O nobre recebeu Fernão como hóspede em sua casa, onde este permaneceu de 1535 até 1540 e, por causa disso, em agradecimento dedicou-lhe sua gramática, colocando no frontispício (folha de rosto) o brasão da família Almada.

³ Na verdade, este não é ponto pacífico em relação à vida de Fernão de Oliveira. Domingues (2000) afirma que, curiosamente, primeiro Oliveira teria sido aprisionado pelas galés francesas, quando estava a bordo de um navio português, indo de Barcelona para Gênova, e, posteriormente, teria passado de prisioneiro de guerra a piloto das mesmas galés francesas que antes o haviam feito prisioneiro. Parece-nos que o termo *piloto*, encontrado nos documentos que narram a história de Oliveira, refere-se à função que, na Marinha brasileira, é desempenhada pelo navegador.

por causa das suas opiniões heterodoxas e por negar-se a condenar as ações de Henrique VIII, seu generoso anfitrião durante o período em que esteve preso na Inglaterra. Obteve a liberdade somente em 1550, graças à intervenção do Cardeal D. Henrique, após confessar seus erros e jurar reassumir o aspecto sacerdotal.

Em 1552, foi nomeado Capelão Real. Em uma de suas missões neste cargo e a serviço da armada portuguesa, foi ainda mais uma vez preso, agora no Norte da África. Após tantas aventuras no mar, retornou a Portugal e começou a escrever *A arte da guerra no mar*, livro pelo qual, em 1554, viera a sofrer mais uma ordem de prisão. Em dezembro do mesmo ano, já livre, passou a exercer o cargo de revisor tipográfico da Imprensa da Universidade de Coimbra, onde também passou a ministrar aulas de Retórica. Durante esse período, Fernão conseguiu concluir o seu livro, o qual fora publicado em 04 de julho de 1555. Entre 1555 e 1557, Fernão foi mais uma vez perseguido e encarcerado. A partir daí, não há muitos relatos a respeito de sua vida, consta somente que por volta de 1565 recebia por seus serviços uma espécie de pensão de D. Sebastião e que veio a falecer na década de 80 do século XVI. Muitos pesquisadores localizam a morte de Fernão de Oliveira no ano de 1581. Domingues (2000), no entanto, discorda desse posicionamento e argumenta que, em seu livro *História de Portugal*, há a citação de um livro publicado em 1585, donde se deduz que pelo menos até este ano ele se encontrava vivo.

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PRIMEIRA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Conforme Borges Neto (2007), no artigo intitulado “A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira”, Fernão nasceu e morreu no século XVI e, embora tenha sido um homem de capacidade intelectual privilegiada que criticou o modo tradicional de pensar característico de sua época, suas ideias não poderiam se distanciar demasiadamente do pensamento médio de um homem desse século, isto é, de um homem que viveu sob a égide do Renascimento.

O Renascimento, como se sabe, foi um período transitório no qual, ao mesmo tempo em que se olhava para o passado, procedendo à retomada de alguns aspectos da cultura clássica, também se olhava para o futuro, para as portas que se abririam com os novos descobrimentos.

O pensamento renascentista – ou humanista –, como não poderia deixar de ser, exerceu, também, influência

sobre os estudos linguísticos. De acordo com Borges Neto (*idem*), retomando Juan Zamora, havia nessa época um “humanismo clássico” e um “humanismo vernacular”. O primeiro visava à recuperação do latim clássico; e o segundo, à aplicação às línguas vernáculas dos ideais de correção reconhecidos no latim clássico. As obras do castelhano Antonio de Nebrija *Introductiones Latinae*, publicada em 1481, e *Gramática de la lengua Castellhana*, publicada em 1492, são exemplos desses dois tipos de estudos, respectivamente.

É importante ressaltar aqui que, ao contrário do que muitos pensam, o latim era, na verdade, uma língua bastante heterogênea. Assim como nos ensina o mestre Ismael de Lima Coutinho (2005), na sua *Gramática Histórica*, inicialmente o que existia era apenas o latim, que era de base essencialmente oral. Com o tempo, contudo, o idioma, ao estilizar-se, foi transformado num instrumento literário, passando a apresentar, então, dois aspectos: o clássico e o vulgar, os quais foram distanciando-se cada vez mais. O emprego daquele restringia-se às obras literárias, ao passo que este, inicialmente falado pelas classes menos abastadas, posteriormente difundiu-se por todo o império romano.

Coutinho (*idem*) nos explica ainda que o latim vulgar era uma espécie de “denominador comum” entre os diversos falares das camadas populares mais humildes que funcionava como instrumento familiar de comunicação diária. Foi esta modalidade do latim já extremamente diversificada que, mais tarde, após a ruína do império romano, ao entrar em contato com outras línguas e culturas, deu origem às línguas neolatinas.

Alguns estudiosos da linguagem, à época, consideravam que tais línguas eram deformações do latim clássico. Os estudiosos das línguas vernaculares, em função disso, passaram a envidar esforços no sentido de atestar que elas tinham estrutura semelhante à do latim. Desse modo, uma vez que o latim clássico era considerado uma língua superior, segundo Borges Neto (2007), quanto mais uma língua se parecesse a ele, mais perfeita ela seria considerada.

Assim sendo, dadas as condições de produção da época, as gramáticas das línguas vernáculas, como a *Gramática de la lengua Castellhana*, de Nebrija, e a *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, foram elaboradas a partir do modelo latino e receberam deste, de acordo com o epistemólogo Sylvain Auroux (1992), a “latinidade”, o que acarretou uma certa padronização dessas gramáticas, as quais, por isso, foram classificadas por esse autor como “Gramáticas estendidas do latim”.

Deve-se destacar, entretanto, que, diferentemente dos autores dos compêndios gramaticais latinos, que tinham uma grande quantidade de estudos para os apoiarem, os vernaculistas, como Nebrija e Oliveira, tendo em vista o pioneirismo de seus intentos, tinham a árdua missão de descrever línguas sobre as quais pouco se sabia.

Além disso, ao contrário dos gramáticos do período clássico, os vernaculistas não tinham a sua disposição textos canônicos para apoiarem as suas descrições e, por isso, não poderiam alcançar um dos objetivos básicos das gramáticas latinas, que era justamente, conforme apontado por Borges Neto, “registrar a forma mais perfeita da língua – língua literária – e usar a norma literária como padrão para o uso ‘correto’ da língua” (2007, p. 3). Com isso, as primeiras gramáticas das línguas neolatinas passaram a ter como principal finalidade fazer a descrição do uso linguístico da elite cultural.

Os primeiros compêndios gramaticais que se dedicavam à descrição das línguas oriundas do latim tiveram, portanto, condições peculiares de produção, visto que, em consonância com o que postula Borges Neto, “o apoio ‘teórico’ de que dispunham seus autores provinha de descrições de outras línguas; não havia uma literatura canônica a ser usada como modelo de língua padrão; e nem sequer havia norma ortográfica estabelecida”. Por tudo isso, ainda de acordo com o pensamento desse autor,

não é de se estranhar que boa parte de sua atividade devesse se concentrar em cobrir as diferenças entre o latim e o castelhano ou o português, em determinar um padrão de língua ‘exemplar’, em observar, registrar e sistematizar essa forma privilegiada de língua e em descobrir modos de projetar sobre essa língua as categorias teóricas desenvolvidas para o grego e o latim. (2007, p.3-4)

A GRAMÁTICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA

Ao publicar a *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, em 1536, Fernão de Oliveira consagrou-se como precursor dos estudos gramaticais aplicados ao português de Portugal. Sua gramática, definida por ele mesmo como uma “anotação da linguagem portuguesa”, tem como objetivo principal registrar a linguagem, os falares, as impressões e as ações do povo português. Segundo Oliveira (1975, p. 38), “a linguagem é figura do

entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa”, e a gramática, por sua vez, é caracterizada pelo autor como a “a arte que ensina a bem ler e falar” (*idem*, p. 43).

Em seu compêndio gramatical, Fernão utilizou-se, portanto, da descrição do modo de ser português para com isso perpetuar a língua e a cultura do seu povo, instaurando ainda o pensamento da necessidade da normatização da Língua Portuguesa, necessidade esta devida ao momento histórico por que passava à época o continente europeu. Naquele momento, a Europa dava os primeiros passos em direção à gramatização das línguas nacionais, estabelecendo, conforme Eni Orlandi (2009, p. 21), em seu livro intitulado *Língua Brasileira e outras histórias*, um discurso particular sobre as línguas, o da gramática, ao mesmo tempo em que se instituíam o processo de colonização de que nós seríamos objeto.

Apesar da delimitação como anotação, foi atribuído o título de *Gramática* à escrita de Fernão. Nessa época, tal denominação era pertinente, pois essa não se apresentava como uma formalização, nem como uma sistematização das normas e das regras de escrita e da fala, mas como uma descrição de aspectos e conteúdos voltados à língua.

A linguagem é, pois, para Fernão, o meio pelo qual os seres humanos se expressam e se comunicam. Para ele, ela funciona como um elo entre os seres, porque define características próprias de cada povo, estabelecendo, assim, a identidade de cada nação. Daí a necessidade de, naquele momento histórico, produzirem-se instrumentos linguísticos que garantissem a visibilidade e a legitimidade da Língua Portuguesa diante das demais línguas europeias e que ainda permitissem aos portugueses levá-la – e, através dela, também a cultura portuguesa – aos povos recém-conquistados.

Lembremos que a esta época Nebrija, o autor da primeira gramática espanhola, já havia antecipado essa questão, colocando a Espanha no cenário mundial, de acordo com Eni Orlandi, como “um país militante do processo civilizatório, ou seja, da colonização” (*idem*, p. 26). Diante do sucesso de seus vizinhos, os portugueses não poderiam ficar para trás, e isso fica claro quando Fernão afirma em sua gramática que a língua portuguesa é a principal entre muitas. A partir desse posicionamento do autor, o qual comparece em suas obras em diversos momentos, inclusive quando afirma explicitamente a superioridade de Portugal sobre a Espanha, podemos depreender a importância atribuída a sua língua e a preocupação latente com a questão do ensino.



Para demonstrar que é a partir das similitudes e também das diferenças que se formam as identidades de cada povo, Fernão tenta estabelecer semelhanças entre outras línguas e sua língua materna. Não somente isso, para esse teórico, a língua tem uma função social e é através dela que se torna possível a afirmação nacional de uma nação. Esta era uma tarefa importante para a Portugal quinhentista na conjuntura das novas descobertas: estabelecer a língua pátria e difundi-la tanto entre os portugueses, como entre os povos subjugados.

O gramático empenha-se nessa tarefa, na construção de um sentimento português, não somente no que se refere ao vernáculo, mas também à gente portuguesa como constitutiva da língua nacional. O termo “português” vem retratado nas anotações de Fernão com duplo sentido, como o idioma do povo e como o homem de origem portuguesa. Dessa forma, o adjetivo toma proporções maiores e mostra-se como uma tentativa de fixação da maneira de falar dos portugueses. Há um interesse na preservação da pronúncia das palavras e da história desse povo. Assim como em todas as primeiras gramáticas neolatinas, Fernão em sua obra também faz alusão aos povos e às línguas que deram origem à língua portuguesa, porém, dá ênfase à importância de o seu povo conhecer a sua própria história; ou seja, apesar de estar preso ao modelo clássico de gramática, o autor se atém muito mais ao funcionamento da sua língua materna que aos esquemas das línguas precursoras, registrando não só o modo de falar português, mas a cultura do povo, como podemos observar na passagem a seguir

extraída de sua gramática:

Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas [...]. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores. (OLIVEIRA, 1975, p.42)

No inserto acima, extraído do capítulo IV de sua gramática, intitulado “Cultura e Glória da terra”, ao lado da exortação da cultura nacional, podemos observar a preocupação com a questão da colonização. Grécia e Roma entraram para a história, “ainda vivem”, porque impuseram a sua língua aos povos dominados. A partir dessa constatação, mais adiante Fernão afirma que é melhor ensinar a Guiné do que ser ensinado por Roma, ainda que esta seja valorosa e tenha prestígio. Segundo o autor, os homens fazem a língua, e não o contrário, de modo que fica claro que tanto a língua grega quanto a língua latina primeiramente foram grosseiras, mas os homens a “puseram na perfeição que agora têm”. Sendo assim, seguindo seu raciocínio, Fernão de Oliveira incita o povo português a trabalhar a língua portuguesa, em detrimento da estrangeira, a fim de que ela seja eternizada e possa ser ensinada a muita gente.

Conforme Eni Orlandi (2009, p. 29), na gramática de Fernão, “a produção de um conhecimento sobre a língua e a promoção da própria língua vão juntas”. E esta é, para a autora, uma questão política. Ao argumentar no sentido de expor a necessidade da publicação de sua gramática, Fernão de Oliveira deixa explícita a relação que estabelece entre língua, processo de colonização e produção de instrumentos linguísticos. A conjuntura política, desse modo, faz-se significar em sua obra. É preciso gramatizar a língua portuguesa, descrevê-la, ter dela uma representação estável e unívoca em relação às demais línguas nacionais, para que se possa ensiná-la e impô-la a outros povos. A arte, segundo o autor, isto é, a gramática, pode nos ensinar a falar melhor, ela ensina aqueles que não conhecem a língua e aos que já sabiam ajuda.

A gramática de Oliveira é, pois, um registro, um livro de memórias dos costumes, da língua do povo

português. E é através da maneira de agir e de pensar dessa nação que ele define o entrelaçamento existente entre a própria língua e os costumes dos seus falantes. Em seguida, o autor parte para uma outra discussão sobre as diferenças existentes em uma mesma língua, o que para ele é diretamente influenciado pelos hábitos e pelas vivências de uma nação, e assim aproveita para evidenciar a ausência de uma norma padrão da língua portuguesa e reivindicar a sua padronização.

CONCLUSÃO



A obra de Fernão tem um valor inaugural no que se refere aos estudos sobre a língua portuguesa e à formação da identidade do povo lusitano. A valorização do modo de ser e de falar dessa nação promove uma particularização da língua em relação ao latim. A descrição dessa língua, por sua vez, representa não só a afirmação, mas também o reconhecimento do homem português, do seu idioma e, por conseguinte, da sua pátria.

É pungente, em Portugal do século XVI, a difusão da língua e a sua consequente compreensão como forma de construção da nacionalidade. Fernão, em sua gramática, apesar de manter um caráter descritivo, aponta a necessidade de a língua portuguesa ser normatizada. Dessa maneira, ele dá o primeiro passo para que muitas outras obras e estudos surjam sobre a linguagem, sobre a cultura e sobre o povo português.

O homem quinhentista – renascentista – vive em um século de novidades, de expansão territorial e comercial, no qual a sua língua serve não somente como objeto de reconhecimento, mas como instrumento para educar. Essa foi a proposta de Fernão quando sugeriu a aprendizagem da língua e a sua difusão para que fosse possível ensinar “muitas gentes”.

▶ OUTRAS OBRAS DO AUTOR:

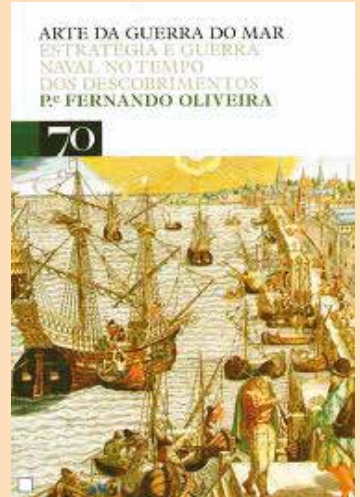
- *A arte da guerra no mar* (1555) – Livro ocultado pelos portugueses em virtude das críticas sistemáticas tecidas em praticamente dois capítulos pelo autor às justificativas para o tráfico negreiro e para a escravidão. Portugal à época era a grande potência europeia e seu sucesso estava estritamente ligado ao tráfico e à escravidão de negros oriundos da África. Sendo assim, em prol da consolidação do ponto de vista lusitano sobre essas questões, era preciso que as vozes que, segundo Maestri, destoassem e se opusessem “ao monocórdio coro negreiro” fossem silenciadas. Nesse livro, Fernão de Oliveira discorre sobre pontos como “Quem pode fazer a guerra” e “Qual é a guerra justa” e se apoia em Santo Agostinho para fundamentar o seu posicionamento. Para ele, somente ao príncipe, ou seja, ao Estado, cabe o direito à guerra, desde que esta seja, porém, exclusivamente em defesa do seu povo ou em defesa da verdadeira fé.

Desse modo, não era admissível, para Oliveira, a guerra que exorbitasse dessas finalidades; era para ele, conforme destaca Maestri, “muito ‘mal feito’ fazer guerra sem justiça”, sendo considerado condenável o ato daquele cristão que a praticasse contra qualquer homem de qualquer condição e estado. Devido à perseguição incessante sofrida pelo autor, o seu pensamento foi pouco difundido e, como consequência, este livro foi reeditado, pelos comandantes Quirino da Fonseca e Alfredo Botelho de Souza, somente no século XX, mais especificamente em 1937; em 1969, foi feita uma reprodução da segunda edição; e, em 1983, uma reprodução da segunda edição acrescida do fac-símile do texto original – todas as reedições sob o auspício da Marinha portuguesa.

- *Ars Nautica* (1570 [?]) – É considerado o primeiro tratado enciclopédico sobre navegação, guerra naval e construção de embarcações publicado no mundo. De acordo com Domingues (2000), embora não se trate de um livro técnico, essas matérias são tratadas com profundidade e extensão não encontradas até então na literatura europeia daquela época. O seu público-alvo, conforme corroborado pelo fato de ter sido escrito em latim, são os humanistas interessados pelo assunto, e não os homens do mar.

- *Livro da fábrica das naus* (1580 [?]) – Livro inacabado. Foi o primeiro compêndio sobre arquitetura naval escrito em português. Segundo Domingues (idem), apesar de seu caráter técnico, a finalidade dessa publicação era expor os preceitos gerais da disciplina de forma clara e ordenada.

- *Hestorea de Portugal* (1580...[?]) – Com o desaparecimento de D. Sebastião em 1578, Portugal corria o risco de ser incorporada aos domínios de Filipe II, da Espanha. Fernão de Oliveira opunha-se veementemente à união das duas coroas e, por isso, em 1580, escreveu a sua História de Portugal com o intuito de legitimar e documentar o direito do reino português a manter-se independente.



BIBLIOGRAFIA

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

BORGES NETO, J. *A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira* (DRAFT – texto apresentado no simpósio “Fernão de Oliveira: 500 anos” – IEL – Unicamp, setembro de 2007. disponível em http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/FERNAO_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em 23/05/2012 às 08:40h.

COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. Maria Christina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Os navios da Expansão*. O livro da Fábrica das Naos de Fernando Oliveira e a arquitetura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

MAESTRI, Mario. *Fernão de Oliveira – o cristão-velho abolicionista: a repressão ao pensamento racional e abolicionista em Portugal do século 16*. Disponível em <http://revistaestudios.unc.edu.ar/articulos03/articulos/4-maestri.php>. Acesso em 08/05/2012 às 10h.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Português dos Quinhentos: cultura, gramática e educação em Fernão de Oliveira*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: UMP, 2006.

OLIVEIRA, Padre Fernando. *A arte da guerra no mar: estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimientos*. Edição com fac-símile. Lisboa: Edições 70, Lda.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática de linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1975.

PINTO, Margarida da Silva. *Grammatica da lingoagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-de-obra.html>. Acesso em 08/05/2012 às 10h.